

DISCORRENDO SOBRE LÍNGUA E LINGUAGEM

Ana Marlene de Souza Brito (UEMS)

mena.pp@hotmail.com

Adriana Lúcia de Escobar Chaves de Barros (UEMS)

chaves.adri@hotmail.com

Há várias teorias sobre o surgimento da comunicação humana e da construção da linguagem. Entretanto, aponta Bordenave (1997, p. 24-25) a história mostra que os seres humanos encontraram uma forma de associar um som ou gesto a um objeto ou ação, nascendo assim o *signo* (qualquer coisa que faz referência a outra coisa ou ideia) e a *significação* (uso social do signo). “A atribuição de significados a determinados signos é precisamente a base da comunicação em geral e da linguagem em particular”. A criação da gramática, conjunto de regras para relacionar os signos entre si, é de igual modo uma invenção importante para o processo comunicativo. As combinações de signos normatizados permitem a socialização da comunicação, já que esta não pode ocorrer de forma individualizada. “De posse de repertórios de signos, e de regras, para combiná-los, o homem criou a linguagem”. (CHOMSKY, 1998, p. 28)

[...] a faculdade de linguagem entra de modo crucial em cada um dos aspectos da vida, do pensamento e da interação humanos. Ela é, em grande parte, responsável pelo fato de sozinhos no universo biológico, os seres humanos terem uma história, uma diversidade e evolução cultural de alguma complexidade e riqueza, e mesmo sucesso biológico, no sentido técnico de seu número ser enorme (CHOMSKY, 1998, p. 28).

A linguagem falada é uma das características mais importantes do ser humano. A capacidade de falar distingue a espécie humana de outras espécies de animais e, uma parte considerável da comunicação humana é feita desse modo. Com nossa voz expressamos emoções e sentimentos, manifestamos nossos inconformismos e defendemos nossas ideias.

Entre sociedade e língua, de fato, não há uma relação de mera casualidade. Desde que nascemos, um mundo de *signos* linguísticos nos cerca e suas inúmeras possibilidades comunicativas começam a tornar-se reais a partir do momento em que, pela imitação e associação, começamos a formular nossa *mensagem*. E toda a nossa vida em sociedade supõe um problema de intercâmbio e comunicação que se realiza fundamentalmente pela língua, o meio mais comum de que dispomos para tal (PRETI, 2003, p. 11).

De acordo com Bagno (2002) as línguas são diferentes e sofrem variações diacrônicas (conforme a época), diatópicas (conforme o lugar)

diatráticas (conforme a classe social ou especialização dos falantes) e a situação (formal ou informal). A função da “língua é estabelecer um canal de comunicação entre os falantes”. Assim, ela já desempenhou o seu papel. Entretanto, no Brasil há a predominância do preconceito linguístico com a língua falada, baseada em vários mitos, que não levam em conta as variantes linguísticas. Estudiosos de várias áreas têm procurado refletir e combater o preconceito linguístico.

[...] o que vemos é esse preconceito ser alimentado diariamente em programas de televisão e de rádio, em colunas de jornal e revista, em livros e manuais que pretendem ensinar o que é “certo” e o que é “errado”, sem falar, é claro, nos instrumentos tradicionais de ensino da língua: a gramática normativa e os livros didáticos. O preconceito linguístico fica bastante claro numa série de afirmações que já fazem parte da imagem (negativa) que o brasileiro tem de si mesmo e da língua falada por aqui. Outras afirmações são até bem-intencionadas, mas mesmo assim compõem uma espécie de “preconceito positivo”, que também se afasta da realidade (BAGNO, 2002, p. 13-14).

De fato, muito se houve professores alfabetizadores reclamarem de que o estudante “escreve errado” por que “fala errado”. Isso se deve ao fato de que, segundo Bagno (2002), há o preconceito de que a fala é caótica, sem gramática e baseada no mito da uniformidade linguística. Para dar suporte teórico à prática dos professores de língua portuguesa, muitos estudiosos têm procurado refletir sobre as práticas de leitura e escrita que são objetos de estudos de muitos linguistas e psicolinguistas que enfatizam as diferenças entre as modalidades da língua oral e da língua escrita e a importância que a escola tem nesse processo formativo.

A linguagem faz parte de um universo amplo, coletivo e mais abrangente que a língua e a fala. Saussure (1995, p. 19) ao estudar a língua e sua relação com o conjunto da linguagem, parte da análise conceitual do circuito da fala. O circuito da fala “supõe pelo menos dois indivíduos; é o mínimo exigível para que o circuito seja completo” e constitui de três fenômenos: psíquico, fisiológico e físico.

O ponto de partida do circuito se situa no cérebro de uma delas, por exemplo, *A*, onde os fatos de consciência, a que chamaremos conceitos, se acham associados às representações dos signos linguísticos ou imagens acústicas que servem para exprimi-los. Suponhamos que um dado conceito suscite no cérebro uma imagem acústica correspondente: é um fenômeno inteiramente *psíquico*, seguido, por sua vez, de um processo *fisiológico*: o cérebro transmite aos órgãos da fonação um impulso correlativo da imagem; depois, as ondas sonoras se propagam da boca de *A* até o ouvido de *B*: processo puramente *físico*. Em seguida, o circuito se prolonga em *B* numa ordem inversa: do ouvido ao cérebro, transmissão fisiológica da imagem acústica; no cérebro, associação psíquica dessa imagem com o conceito correspondente. Se *B*, por sua vez,

fala, esse novo ato seguirá – de seu cérebro ao de A – exatamente o mesmo curso do primeiro e passará pelas mesmas frases sucessivas [...] (SAUSSURE, 1995, p. 19).

Entretanto, ressalta Saussure (1995) esse processo só é contínuo entre falantes da mesma língua, portanto, no plano social e não individual já que os indivíduos se integram pela linguagem e reproduzem o mesmo signo. Quando falantes de línguas diferentes tenta estabelecer a comunicação a parte física desaparece.

O signo linguístico une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica. Esta não é o som material, coisa puramente física, mas a impressão (*empreinte*) psíquica desse som, a representação que dele nos dá o testemunho de nossos sentidos; tal imagem é sensorial e, se chegamos a chamá-la "material", e somente neste sentido, e por oposição ao outro termo da associação, o conceito, geralmente mais abstrato. O caráter psíquico de nossas imagens acústicas aparece claramente quando observamos nossa própria linguagem. Sem movermos os lábios nem a língua, podemos falar conosco ou recitar mentalmente um poema. É porque as palavras da língua são para nós imagens acústicas, cumpre evitar falar dos "fonemas" de que se compõem. Esse termo, que implica uma ideia de ação vocal, não pode convir senão a palavra falada, a realização da imagem interior no discurso. Com falar de sons e de sílabas de uma palavra, evita-se o mal-entendido, desde que nos recordemos tratar-se de imagem acústica (SAUSSURE, 1995, p. 80).

Saussure (1995) não chega a definir o que é a língua. Refere-se a ela como uma parte constituinte da linguagem. A língua é um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias e que são adotadas por um grupo social que possibilita o exercício da linguagem.

Para o linguista Marcuschi (2001) a língua não é apenas um sistema de regras, mas uma atividade sociointerativa que ultrapassa o próprio código e que seu uso assume lugar central e jamais pode ser vista como apenas um instrumento de transmissão de informação. “A língua é fundamentalmente um fenômeno sociocultural que se determina na relação interativa e contribui de maneira decisiva para a criação de novos mundos e para nos tornar definitivamente humanos” (MARCUSCHI, 2001, p. 125).

A língua é o resultado de um trabalho coletivo, histórico e cultural, é viva e ativa, transforma-se e transforma a sociedade compondo um jogo de linguagem repleto de recursos expressivos que se associam ao contexto, a situações e relações entre os falantes: “a língua vive e evolui historicamente na comunicação verbal, não no sistema linguístico abstrato das formas de língua nem no psiquismo individual falante” (BAKH-

TIN, 2006, p. 124).

Por ser um fenômeno inconstante a língua apresenta mudanças de significação, ou melhor, uma reavaliação “o deslocamento de uma palavra determinada de um contexto apreciativo para outro”. O significado objetivo de uma língua é formado pela apreciação, pelo valor que os indivíduos dão a ela, indicando que determinadas palavras entraram no horizonte dos interlocutores – “tanto no horizonte imediato como no horizonte social mais amplo de um dado grupo social”. É por meio da apreciação que se efetiva as mudanças de significação. “A mudança de significação é sempre, no final das contas, uma *reavaliação*” (BAKHTIN, 2006, p. 138).

A evolução semântica na língua é sempre ligada à evolução do horizonte apreciativo de um dado grupo social e a evolução do horizonte apreciativo – no sentido da totalidade de tudo que tem sentido e importância aos olhos de determinado grupo – é inteiramente determinada pela expansão da infraestrutura econômica. À medida que a base econômica se expande, ela promove uma real expansão no escopo de existência que é acessível, compreensível e vital para o homem [...] os novos aspectos da existência, que foram integrados no círculo do interesse social, que se tornaram objetos da fala e da emoção humana, não coexistem pacificamente com os elementos que se integraram à existência antes deles [...] uma nova significação se descobre na antiga e através da antiga, mas a fim de entrar em contradição com ela e de reconstruí-la [...] a sociedade em transformação alarga-se para integrar o ser em transformação. Nada pode permanecer estável nesse processo (BAKHTIN, 2006, p. 139).

O ser humano nasce para falar, não para escrever. Não há conhecimento de nenhum grupo humano em que não esteja presente a linguagem oral, representada pela língua. O seu aprendizado faz parte de nossa herança biológica, hereditária e independe de raça, cor, cultura, condição social, econômica ou geográfica. O desenvolvimento da linguagem oral é uma das características do ser humano, é o que o diferencia de outras espécies de animais.

Seguramente, todos concordamos que a língua é um dos bens sociais mais preciosos e mais valorizados por todos os seres humanos em qualquer época, povo e cultura. Mais do que um simples instrumento, a língua é uma prática social que produz e organiza as formas de vida, as formas de ação e as formas de conhecimento. Ela nos torna singulares no reino animal, na medida em que nos permite cooperar intencionalmente, e não apenas por instinto. Mais do que um comportamento individual, ela é atividade conjunta e trabalho coletivo, contribuindo de maneira decisiva para a formação de identidades sociais e individuais (MARCUSCHI; DIONÍSIO, 2007, p. 14).

Do ponto de vista linguístico os estudiosos tem se debatido sobre a perspectiva da variedade linguística que é um dos enfoques e objeto de estudo da linguística variacionista que teve como precursor Labov. Seu principal objeto de estudo é a língua em funcionamento e suas variações em uma comunidade de fala. O enfoque recai sobre os empregos linguísticos, sobretudo os de caráter heterogêneos. A sociolinguística como foco de análise a relação entre a estigmatização e a mobilidade social.

Em seus primeiros estudos, Labov (2008) afirma que

existiam barreiras ideológicas para o estudo da língua na vida diária. Primeiramente, Saussure tinha enunciado o princípio de que os sistemas estruturais do presente e as mudanças históricas do passado tinham de ser estudados separadamente (1949:124). Este princípio tinha sido consistentemente erodido por Martinet (1955) e outros que encontraram estrutura nas mudanças passadas, mas pouco progresso fora feito na localização da mudança nas estruturas presentes. A segunda barreira ideológica afirmava explicitamente que a mudança sonora não podia, em princípio, ser observada diretamente. Bloomfield defendia a regularidade da mudança sonora contra a evidência irregular do presente declarando (1933:364) que quaisquer flutuações que pudéssemos observar seriam apenas casos de empréstimo dialetal. Em seguida, Hockett observou que, embora a mudança sonora fosse lenta demais para ser observada, a mudança estrutural era rápida demais (1958:457). O estudo empírico da mudança linguística estava, portanto, eliminado do programa da linguística do século XX (LABOV, 2008, p. 13-14).

O enfoque da linguística variacionista possui como argumento o fato de que a linguagem falada não é uniforme e pode sofrer variações diversas ao longo da vida biológica, emocional e cultural por integrar regras complexas de organização de sons, palavras e frases com significado. As diferenças, portanto entre a sociolinguística variacionista e a linguística estruturalista é o objetos. Na primeira o objeto é a fala, a compreensão da variação e das mudanças que advêm do comportamento social e na segunda o fenômeno da fala centrando a análise na mudança e na variação como sendo internas ao sistema.

A linguagem oral tem duas características: não é permanente e nem de fácil alcance. Para suprir essa limitação os seres humanos foram criando modos de fixar os signos e os modos de transmiti-los a distância: a linguagem escrita. A escrita surge quando os seres humanos “percebem que as palavras ou os nomes dos objetos compunham-se por unidades menores de sons (fonemas), e que, por conseguinte, os signos podiam representar estas unidades de som e não mais objetos ou ideias”. Assim surge a escrita, da combinação de sons elementares para representar ideias. Da representação de unidades de sons menores que uma palavra nas-

ceu o conceito de *letras*, constituindo os alfabetos. A criação da escrita facilitou o alcance da linguagem, promoveu a criação da linguagem escrita, só depois foram criados meios de comunicação mais eficazes no transporte do que se pretendia comunicar (BORDENAVE, 1997, p. 27).

Não basta que a linguagem oral tenha uma estrutura e um significado, deve ter também um propósito e uma intencionalidade, para que isso aconteça é preciso que o indivíduo esteja integralmente saudável. A mesma variação acontece com a linguagem escrita. “Sincronicamente a grafia é homogênea, com a grafia oficial, mas ela varia ao longo da história”. A diferença é a de que a linguagem escrita sobrepõe a suas regras e normas as variações dialetais que podem ocorrer de região para região (MARCUSCHI, DIONÍSIO, 2007, p. 19).

Tanto a escrita quanto à fala destinam-se a interação verbal, em diferentes gêneros textuais. A escrita apresenta certo grau de dificuldade estrutural, nos modos de aquisição nas condições de produção, transmissão, recepção e uso. De igual modo a fala tem uma forma própria de organização estrutural. Há fenômenos da fala que a escrita não consegue reproduzir: gestos, mímica, olhar, expressão facial e corporal. Vale salientar que o ser humano convive cotidianamente com os elementos da fala, tornando-se uma atividade de fácil compreensão. Por outro lado, a escrita possui elementos que tem que ser aprendidos para serem representados: parágrafos, pontuação, tipos de letras, grafia, fonética.

Toda a atividade discursiva e todas as práticas linguísticas se dão em textos orais ou escritos com a presença de semiologias de outras áreas, como a gestualidade e o olhar, na fala, ou elementos pictóricos e gráficos, na escrita. Assim, as produções discursivas são eventos complexos constituídos de várias ordens simbólicas que podem ir além do recurso estritamente linguístico. Mas toda nossa atividade discursiva situa-se, *grosso modo*, no contexto da fala ou da escrita. Basta observar nossa vida diária desde que acordamos até o final do dia para constatar que falamos com nossos familiares, amigos ou desconhecidos, contamos histórias, piadas, telefonamos, comentamos notícias, fofocamos, cantamos e, eventualmente, organizamos listas de compras, escrevemos bilhetes e cartas, fazemos anotações, redigimos atas de reuniões de condomínio, preenchemos formulários e assim por diante. Portanto, mesmo vivendo numa sociedade em que a escrita entrou de forma bastante generalizada, continuamos falando mais do que escrevendo (MARCUSCHI, DIONÍSIO, 2007, p. 13-14).

Comumente se afirma que a língua falada não é planejada. Preti (2002) afirma que as duas modalidades de linguagem possuem um planejamento. O planejamento da fala espontânea se dá no momento em que em que o indivíduo fala e produz o discurso, mas possui um planejamen-

to mais rigoroso quando se planeja o que se vai falar, por exemplo, numa palestra, num discurso. A forma de planejamento da fala se dá mais no plano social. O planejamento da escrita é mais solitário e individualizado. Ambas as linguagens planejam a forma do discurso, os gêneros e as formas de exposição.

[...] que existe em ambas as modalidades um “planejamento restrito”, dependendo do gênero do texto, das finalidades e das circunstâncias em que é produzido (...) na língua escrita, até mesmo uma inscrição mural revela um mínimo de planejamento. Da mesma maneira, um texto oral, pelo menos em princípio, também se revela planejável, ou como se costuma afirmar, continuamente replanejável. (...); quem principia uma conversação tem, pelo menos, um tema e uma mínima organização das ideias que irá desenvolver, até mesmo com o objetivo de manifestar interesse no seu interlocutor (PRETI, 2002, p. 51).

Preti (2002) ao estudar os problemas interacionais da conversação diz que, a rigor os falantes criam os textos conjuntamente, colaborando, contra-argumentando ou completando para levarem adiante o diálogo. A conversação, entendida pelo autor como um grande leque de possibilidades de atividades de comunicação verbal que vão desde as falas descomprometidas até diálogos com temas predeterminados vão sofrendo modificações em função das circunstâncias criadas pela própria interação.

O conceito de *interação* pode ser entendido em sociedade sob o ponto de vista da reciprocidade do comportamento das pessoas, quando em presença uma das outras, numa escala que vai da cooperação ao conflito. De uma maneira geral, pode-se partir desde uma simples copresença em que dois indivíduos se cruzam na rua e, mesmo sem se conhecerem, se observam, guardam distância e desviam-se para não se chocarem, o que já demonstra uma ação conjunta e socialmente planejada, até a interação com um único foco de atenção visual e cognitiva, como a conversação, em que os falantes por um momento se concentram um no outro e se ligam, não só pelos conhecimentos que partilham, mas também por outros fatores socioculturais, expressos na maneira como produzem o seu discurso e conduzem o diálogo (PRETI, 2002, p. 45).

Para melhor compreensão da relação entre as duas modalidades de linguagem, é importante estudá-la dentro do contexto em que são produzidas. A contextualização e a descontextualização podem ocorrer nas duas modalidades de linguagem, dependendo do grau de envolvimento com o que se pretende escrever ou falar.

É possível se ter uma mesma narrativa organizada de formas bem diferenciadas: no oral, ela pode apresentar-se altamente envolvente e contextualizada; na escrita, ela pode apresentar-se distanciada, explícita, descontextualizada (GAGO, VIEIRA, 2006, p. 50).

O linguista Marcuschi (2001, p. 37) afirma que há um *conti-*

nuum entre as duas modalidades de língua. “Oralidade e a escrita são práticas e usos da língua com característica própria, mão não tão suficiente opostas para caracterizar dois sistemas linguísticos”.

A relação entre a fala e a escrita só podem ser, de fato bem compreendidas, quando observadas no contínuo dos gêneros textuais, já que há gêneros orais que lembram à escrita (ex: palestra, discursos) e gêneros escritos que lembram à fala (ex: bilhete). Havendo ainda textos escritos que ao serem lidos se confundem com a linguagem oral (ex: noticiário televisivo) e textos orais ao serem escritos se confundem com escritos (ex: entrevista oral publicada em revistas e jornais). Assim, a relação entre a fala e a escrita vai da modalidade mais formal a menos formal. “Esse contínuo é de tal ordem que, em certos casos, fica difícil distinguir se o discurso produzido deve ser considerado falado ou escrito”. (MARCUSCHI, DIONÍSIO, 2007, p. 17).

(...) o contínuo dos gêneros textuais distingue e correlaciona os textos de cada modalidade (fala e escrita) quanto às estratégias de formulação que determinam o contínuo das características que produzem as variações das estruturas textuais discursivas, seleções lexicais, estilo, grau de formalidade etc., que se dão num contínuo de variações, surgindo daí semelhanças e diferenças ao longo de contínuos sobrepostos (MARCUSCHI, 2001, p. 41).

A diferença mais marcante entre as duas modalidades de linguagem está, de acordo com o autor citado, no ponto de vista da formulação textual: organização dos tópicos, da progressão referencial e o meio utilizado. Em suma, a maior diferença entre escrita e fala está no âmbito da organização discursiva. Assim, retextualizar deve ser compreendida como a passagem de uma ordem a outra e “não do caos para a ordem”. Para tanto, é necessário ter o devido conhecimento das interferências que podem ocorrer durante o processo e que nem sempre são perceptíveis na relação fala/escrita (MARCUSCHI, 2001, p. 47).

O primeiro ponto a se atentar é compreender a fala que se quer retextualizar. Dizer de outro modo, em outra modalidade de linguagem ou em outro gênero o que foi dito por alguém se deve compreender o que foi dito. Uma vez compreendido o texto é preciso fazer as alterações lexicais e estruturais, sobretudo ao fazer a passagem de um texto oral para um texto escrito é necessário fazer inferências como a pontuação, retirada das marcas da oralidade.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. 18. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

BAKHTIN, Mikhail (Voloshinov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. *O que é comunicação*. São Paulo: Brasiliense, 1997.

CHOMSKY. *Linguagem e mente*. Brasília: UnB, 1998.

GAGO, Paulo C.; VIEIRA, Lucilene S. L. O processo de retextualização a partir do gênero textual fábula: uma pesquisa participativa com alunos do 3º ano do ensino fundamental. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, Tubarão, v. 6, n. 1, p. 45-62, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0601/5%20art%2003.pdf>>. Acesso em: 21-10-2013.

LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Trad.: Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2001.

MOLLICA, Maria Cecília. *Da linguagem coloquial à escrita padrão*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

PRETI, Dino (Org.). *Estudos de língua falada: variações e confrontos*. São Paulo: Humanitas, 1998.

PRETI, Dino (Org.). *Interação na fala e na escrita*. São Paulo: Humanitas, 2002.

SAUSSURE, F. de. *Curso de linguística geral*. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1995.